

Reflexão Filosófica

Guerra e Paz

Miguel Júnior*

Em 2019, o Professor Doutor Mário Pinto de Andrade, Magnífico Reitor da Universidade Lusíada de Angola, formulou-me um convite a fim de partilhar com os estudantes da sua universidade algumas ideias a respeito do valor dos Acordos de Paz de Angola. Na verdade, o dia 4 de Abril reveste-se de elevado significado para a vida de todos os angolanos porque essa data assinala o começo da era da paz no nosso país, após um período longo de guerra.

Falar sobre o significado do 4 de Abril, no contexto da vida nacional, constitui uma oportunidade no sentido de continuarmos a consolidar a paz, a concórdia e o entendimento nacional. Por força do simbolismo do 4 de Abril, há toda a necessidade de reflectirmos em conjunto sobre a questão da paz porque, em ambiente académico, é essencial debater uma pluralidade de temas. A reflexão académica, em meu entender, tem de suplantar o senso comum e deve estribar-se naquilo que há de mais fecundo, bem como em tudo o que possa trazer valor acrescentado à vida académica e que contribua para o crescimento dos nossos discentes.

Há que munir os discentes de conhecimentos que ajudem a apurar o senso crítico sobre os mais diversos fenómenos, porque eles são os agentes da mudança da nossa sociedade. De resto, um dos objectivos do processo docente e educativo é formar cidadãos para que eles exerçam a cidadania na sua plenitude e ajudem a transformar e a desenvolver a sociedade.

Mas as questões que são a floradas em ambiente académico devem estar também vinculadas às realidades e aos factos da vida. Além de que a ciência exige a absorção das dinâmicas imparáveis da vida e as verdades expressas nos factos do passado e do presente. A ciência só tem valor quando ela é entendida desta maneira.

Por força destas considerações, trago para este debate o tema: guerra e paz. Estas são duas questões que devem ser analisadas de forma abrangente e com elevação filosófica. A guerra e a paz estiveram, estão e vão continuar a estar no

centro da reflexão filosófica porque a Humanidade tem vivido, ao longo dos tempos, períodos de guerra e de paz. E quando se alcança a paz, mesmo percebendo as suas vantagens, voltamos a fazer recurso à guerra. Esta é atroz mas os povos usam esse instrumento para dirimir contendas e alcançar objectivos políticos.

A guerra assumiu vários contornos ao longo da vida da Humanidade, mas também os povos procuraram soluções de todo o tipo para acabar com as guerras devido ao sofrimento, às mortes e às destruições. Por força de tudo isso, as questões da guerra e da paz sempre foram objecto de atenção. Tanto mais que, nesses domínios, abundam inúmeras teorias desde a Antiguidade Clássica até aos nossos dias.

Em abono da verdade, há livros sobre a guerra e a paz que são verdadeiros clássicos. Aqui constam, por exemplo, as obras de Santo Agostinho, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdão, Immanuel Kant, Bertrand Russel, V. I. Lenine, Raymond Aron, John Keegan e outros autores de nomeada. Pela importância das reflexões desses pensadores e filósofos sobre a paz e a guerra, interessa ver e interpretar alguns excertos das suas obras filosóficas. Para o efeito, a escolha recaiu sobre os seguintes pensadores.

Em primeiro lugar, Erasmo de Roterdão (teólogo e humanista holandês) é autor da obra clássica denominada: “A Guerra e a Queixa da Paz”. Ele debruçou-se a estudar as guerras que tiveram lugar nos séculos XV e XVI. Nessa obra ele destaca o seguinte facto: “A imensa maioria do povo abomina a guerra e faz votos pela paz. São só uns quantos, em número muito reduzido, aqueles que, porque sua ímpia felicidade depende da infelicidade pública, desejam a guerra. Ponderai vós mesmos se é justo ou não que a perversidade destes tenha mais força que a vontade de todos os bons” (p.132).

Em segundo lugar, Immanuel Kant (filósofo prussiano) é autor da obra clássica designada: “A Paz Perpétua e Outros Opúsculos”. Com base no estudo das guerras dos séculos XVII e XVIII, ele propôs três artigos definitivos em busca da paz perpétua. Mas destaca, no intróito da referida obra, a seguinte realidade: “O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (status naturalis), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado que, embora não

exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre, no entanto, uma ameaça constante. Deve, portanto, instaurar-se o estado de paz” (pp.119-179). Por fim, Immanuel Kant destaca três artigos e mais alguns argumentos sobre guerra e paz, mas articula-os do ponto de vista da Filosofia, da Política e do Direito.

Em terceiro lugar, Raymond Aron (politólogo, filósofo e sociólogo francês) reflectiu sobre a paz e a guerra, tendo apresentado, por fim, o seguinte argumento: “na filosofia clássica: a arte política ensina aos homens a viver quer em paz, quer em guerra”. E prossegue: “Mas a alternativa da paz e da guerra permite elaborar conceitos fundamentais das relações internacionais (estratégia e diplomacia, meios e fins, potência e força, glória e ideia, etc.” (in “Memórias”, p. 391).

São três reflexões filosóficas de elevado quilate sobre a guerra e a paz. As interpretações podem ser múltiplas e dependem muito dos fundamentos que cada um possui sobre os assuntos de guerra, paz, segurança, etc. A minha interpretação situa-se na perspectiva de Estado. Isto porque os Estados têm responsabilidades acrescidas e são eles que cuidam da paz, da segurança e da estabilidade internas. Cabe ao Estado enfrentar e fazer a guerra. O Estado tem de enfrentar as guerras movidas a partir do exterior e as sublevações insurreccionais armadas internas. A estratégia e o conceito de segurança evoluíram e permitem fazer essas apreciações e abordagens.

Compete ao Estado conceber estratégias para garantir a paz. Esta exige estratégias e uma postura pró-activa em permanência, pois a sua dimensão suplanta os acordos. Os Estados são, acima de tudo, os responsáveis pela segurança, ordem e paz internas.

No domínio das sociedades nacionais o ideal é evitar as guerras desnecessárias e sem nexos. O sensato é perceber as dinâmicas internas de timbres diversificados e estabelecer sempre uma balança de interesses, mas sem que se desvirtue o papel do Estado. É pernicioso e até catastrófico passar a vida a promover guerras no domínio interno, pois há quem esteja a espera que situações desse género ocorram no seio de uma sociedade para tirar dividendos e manter esse Estado, sociedade e povo numa situação de caos permanente. Esta realidade decorre do jogo da política e dos interesses estratégicos.

A história das guerras ensina-nos, entretanto, como determinadas guerras tiveram lugar. Também temos noção da frequência com que os Estados faziam as guerras no passado e a respeito da quantidade de guerras que tiveram lugar em certas regiões geográficas. Ainda assim conhecemos alguns registos sobre as perdas humanas nessas guerras.

Também sabemos onde essas guerras se fizeram sentir de maneira mais intensa nos séculos passados e como é que elas abrandaram em alguns recantos. Também sabemos onde é que as guerras passaram a ser mais intensas mais tarde e qual é o estado actual das guerras. E hoje o debate é sobre o “futuro da guerra”. Apesar disso alguns analistas divisam outras guerras no horizonte.

Os registos históricos atestam também a existência, ao longo da história, de várias formas ou tipos de paz, a saber.

No contexto da Civilização Clássica, a Paz Romana era símbolo de ordem, protecção, progresso e segurança de todos que se encontravam sob alçada do Império Romano. No contexto da Modernidade, a Paz Britânica simbolizava o domínio do Império Britânico devido ao seu apogeu naval e económico. Depois da Segunda Guerra Mundial surgiu a Paz Americana. Esta é associada ao surgimento em força dos Estados Unidos da América.

Também há o registo de outras formas de paz. A ideia da Paz Eterna como um estado mundial ideal, a Paz pela Lei assente na observância do Direito Internacional e a Paz pela Força na base da Polemologia (Ciência da guerra). Também há a visão de paz assente no princípio da coexistência pacífica de iniciativa soviética. Esse princípio é da autoria de V. I. Lenine, clássico da Ciência Política e da Estratégia.

Ao longo dos tempos, muitos acordos de paz foram assinados. Uns favoreceram mais uma parte e outros ambos os lados. Noutros casos, a solução para pôr fim a guerra implicou a cedência e o recuo dos propósitos políticos de uma das partes (Impérios europeus no Oriente, Birmânia e Malásia) porque, na prática, era impossível manter e assegurar a ordem pela força. Noutros casos, alguns Estados mantiveram-se intransigentes nos seus objectivos políticos e procuraram impor os seus desígnios.

Isso só agravou muito mais as situações de guerra e deu lugar às guerras prolongadas até à derrota total (japoneses, franceses e americanos). Também há casos em que determinados actores e protagonistas quiseram lutar para além das suas possibilidades. Resultado, eles capitularam e renderam-se à realidade dos factos. Depois sentaram-se à mesa das conversações.

No domínio da paz há inúmeros casos e diversas práticas, bem como contamos hoje com muitos instrumentos de trabalho para pôr fim as guerras e negociar a paz. Hoje há várias organizações internacionais, continentais, regionais e nacionais que trabalham a favor da paz e à luz do Direito Internacional. Há que trabalhar para a paz.

Nesta reflexão filosófica tivemos a oportunidade de analisar as questões da guerra e da paz ao longo dos tempos. Nesses domínios abundam muitos ensinamentos.